

Ata de Registro de Preços Nº 141/2025

PROCESSO Nº 151 |2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047 |2025

**ARP Nº 141/2025 QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
PIRAÚBA E A EMPRESA JULIANA
MACEDO OLIVEIRA**

O **MUNICÍPIO DE PIRAÚBA** através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÚBA** com Paço Municipal na **Rua Opemá, nº 10**, Centro na cidade de Piraúba/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.554.147/0001-99, neste ato representado(a) pelo(a) **André Luís Salgado Xavier** - Prefeito Municipal, portador da matrícula funcional nº 5407 pela **Cristina Barbosa Toledo Neiva** - Secretária Municipal de Saúde, Portaria nº 002/2025 de 02 de janeiro de 2025, portadora da matrícula funcional nº 5510, pela **Cláudia Maria Loures de Paiva Demolinari** - Secretária Municipal de Educação nomeada pela Portaria nº 193/2025 de 09 de abril de 2025, portadora da matrícula funcional nº 611, pela **Marjorie Claro Cabido** - Secretária Municipal de Assistência Social, nomeada pela Portaria nº 035/2025, de 02 de Janeiro de 2025, portadora da matrícula funcional nº 5041, pelo **Ivaír do Amaral de Oliveira** - Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer nomeado pela Portaria nº 175/2025 de 08 de abril de 2025, portador da matrícula funcional nº 5755 e pelo **Marco Aurélio Salgado Pires** - Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo e Secretaria Municipal de Obras, Estradas, Trânsito e Transportes nomeado pela Portaria nº 071/2025, de 13 de janeiro de 2025, portador da matrícula funcional nº 5424 considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, nº **141/2025**, processo administrativo nº 151 RESOLVE registrar os preços da empresa **JULIANA MACEDO OLIVEIRA**, inscrito no CNPJ sob o nº 63.028.558/0001-03, com sede na RUA CORONEL JOSE GRANATO DA SILVEIRA Nº 42 / SEGUNDO ANDAR, Bairro Jardim América - Cidade Rio Pomba/MG , CEP: 36.180-00, neste ato representado(a) por JULIANA MACEDO OLIVEIRA Dona do ME-LC123, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de Aquisição de material de limpeza, cozinha e higiene, na forma especificada no Termo de Referência, anexo I do Edital nº047/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Especificação	Marca Modelo	Unidade	Quant	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
0002	ÁGUA SANITÁRIA 2 LITROSSOLUÇÃO AQUOSA À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO OU CÁLCIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% E 2,5% P/P, INDICADA PARA DESINFECÇÃO DE ALIMENTOS, UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS E SUPERFÍCIES. CONTÉM COMPONENTES COMPLEMENTARES PERMITIDOS, SEM HIDRÓXIDO DE SÓDIO. EMBALAGEM 2L, REGISTRO ANVISA, ATENDENDO ÀS LEGISLAÇÕES VIGENTES (RESOLUÇÕES ANVISA Nº 55/2009, RDC Nº 42/2009, RDC Nº 184/2001 E RDC Nº 59/2010)	Unidade/ Bio-kriss	UN	4.320	R\$ 3,57	R\$15.422,40
0004	ALCOOL LIQUIDO 70% HIGIENIZADOR 1 LITROÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO LÍQUIDO 70% INPM, NEUTRO.	Unidade/ Álcool 70%	UN	780	R\$ 5,36	R\$ 3.794,88

	INCOLOR. REGISTRO ANVISA. EMBALAGEM 1L. ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. ADEQUADO ÀS LEGISLAÇÕES: RESOLUÇÃO Nº 55 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009 DA ANVISA, RDC Nº 42 DE 13 DE AGOSTO DE 2009, RDC Nº 184 DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 E RDC Nº 59 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.					
0020	COLHER DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL P/ REFEIÇÃO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO, EM POLIESTIRENO, BRANCA, CRISTAL OU TRANSPARENTE. DIMENSÕES: 156MM X 35MM. RESISTENTE E ATÓXICA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. EM CONFORMIDADE COM A NBR 13230/2008 E NBR 14865/2002. SELO INMETRO.	Pacote / PRAFESTA	PT	620	R\$ 2,79	R\$ 1.729,80
0023	COPO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE 200 ML COPO DESCARTÁVEL EM POLIPROPILENO RESISTENTE E ATÓXICO, SEM TAMPA, CAPACIDADE 200 ML. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. ATENDE ÀS NORMAS NBR 13230/2008 E NBR 14865/2002, COM SELO IN METRO.	Pacote / COPOSUL FONPLAST	PT	3.300	R\$ 3,07	R\$ 10.131,00
0044	GARFO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO (REFEIÇÃO) MEDIDAS 158 MM X 26 MM EMBALAGEM C/ 50 UNIDADES. GARFO DESCARTÁVEL EM POLIESTIRENO, RESISTENTE E ATÓXICO, DISPONÍVEL NAS	Pacote/ PRAFESTA	PT	230	R\$ 2,95	R\$ 678,50

	CORES BRANCO, CRISTAL OU TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. CONFORME NBR 13230/2008 E NBR 14865/2002, COM SELO INMETRO					
0045	GARFO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO (SOBREMESA) MEDIDAS 125 MM X 21 MM. EMBALAGEM C/ 50 UNIDADES. GARFO DESCARTÁVEL DE SOBREMESA EM POLIESTIRENO, RESISTENTE E ATÓXICO, DISPONÍVEL NAS CORES BRANCO, CRISTAL OU TRANSPARENTE. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES. CONFORME NBR 13230/2008 E NBR 14865/2002, COM SELO INMETRO.	Pacote / PRAFESTA	PT	270	R\$ 2,30	R\$ 621,00
0056	LUVA BORRACHA, MATERIAL LÁTEX ANTIDERRAPANTE, TAMANHO P/M/GA ANTIDERRAPANTE, DISPENSA USO DE TALCO. ACABAMENTO FORRADO EM ALGODÃO. ELABORADA COM LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL. PRODUTO COM SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE: ISO 9001. EMBALAGEM CONTENDO 1 PAR. DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 13.393.	Unidade / BOMPACK	UN	660	R\$ 2,40	R\$ 1.584,00
0058	LUVA NITRÍLICA, TAMANHO P/M/G, COR PRETA PARA PROCEDIMENTO, SEM PÓ, NÃO ESTÉRIL, PRODUZIDA COM BORRACHA SINTÉTICA DE	Caixa / VABENE	CX	650	R\$ 16,49	R\$ 10.718,50

COMA INMETRO.	NITRILO, ROBUSTAS, RESISTENTES À ABRASÃO, RASGOS E PERFURAÇÕES. SUPERFÍCIE COM PONTA DOS DEDOS MICROTTEXTURIZADAS, PUNHOS COM BAINHA. AMBIDESTRA. ONFORMIDADE PORTARIA 332/2012 FABRICAÇÃO DE ACORDO COM O SISTEMA DE QUALIDADE ISO 13485/2008. CERTIFICADO DE APROVAÇÃO E REGISTRO ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES).					
TOTAL						R\$ 44.680,08

Valor: R\$44.680,08 (Quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e oito centavos)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE PIRAÚBA

3.2. Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

5. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da

contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.
 - 5.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.7. A ata de registro de preços deverá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes, na

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- A) Por razão de interesse público;
- B) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- C) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Piraúba – MG, 07 de janeiro de 2026.

André Luis Salgado Xavier | 5407
Prefeito Municipal
GESTOR

Dalmo Thinassi Lamas | 5423
FISCAL

Cláudia Maria Loures de Paiva Demolinari | 611
Secretária Municipal de Educação
GESTORA

Cláudia de Paiva Teixeira | 5434
FISCAL

Cristina Barbosa Toledo Neiva | 5510
Secretária Municipal de Saúde
GESTORA

Robson de Oliveira Gaspar | 527
FISCAL

Marjorie Claro Cabido | 5041
Secretária Municipal de Assistência Social
GESTORA

Clara Vieira Martins | 5506
FISCAL

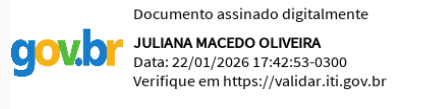
Marco Aurélio Salgado Pires | 5424
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
Secretário Municipal de Obras, Estradas, Trânsito e Transportes
GESTOR

Júlia Luísa Ferreira da Costa Xavier | 2355
FISCAL

Maria Gabriela Fagundes Corrêa | 5744
FISCAL

Ivaír do Amaral de Oliveira – 5755
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Lazer
GESTOR

Enilson Fernandes da Silva - 5754
FISCAL



JULIANA MACEDO OLIVEIRA
CNPJ: 63.028.558/0001-03
JULIANA MACEDO OLIVEIRA
CPF:097.***.*** -02

TESTEMUNHAS

1 - NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

2 - NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____